

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

150 anos



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863-2013

Patrocinador oficial
FUNDAÇÃO MILLENIUM BCP

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins, César Neves
Design gráfico: Flatland Design

Produção: DPI Cromotipo – Oficina de Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 400 exemplares
Depósito Legal: 366919/13
ISBN: 978-972-9451-52-2

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2013

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Os desenhos da primeira e última páginas são, respectivamente, da autoria de Sara Cura e Carlos Boavida.

Patrocinador oficial



Apoio institucional



CRONOLOGIA DOS RECINTOS DE FOSSOS DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS

António Carlos Valera / NIA – Era Arqueologia / antoniovalera@era-arqueologia.pt

RESUMO:

Nos últimos anos o número de recintos de fossos da Pré-História Recente conhecidos no actual território português tem vindo a aumentar consideravelmente, ainda que de forma regionalmente díspar. A expressão arqueológica que progressivamente apresentam transforma-os numa das “fenomenologias” mais relevantes para o entendimento das comunidades neolíticas e calcolíticas e respectivas dinâmicas sociais. No presente texto pretende-se apresentar um inventário actualizado dos contextos com fossos com datações absolutas, analisar a cronologia já disponível e sublinhar as linhas de força que se começam a traçar sobre o seu comportamento diacrónico.

ABSTRACT:

In the last years the number of ditched enclosures from Recent Prehistory known in Portugal has considerably increased, although in a regionally different way. Their actual archaeological expression makes them central to the understanding of the social dynamics of Neolithic and Chalcolithic communities. In this paper I intend to present an inventory of the contexts with absolute dates, analyse the available chronology and stress the tendencies that can be traced about their diachronic behaviour.

1. INTRODUÇÃO

A última década e meia têm vindo a revelar, de uma forma anteriormente insuspeita, uma significativa expressão dos sítios com estruturas tipo fosso em Portugal e, numa escala um pouco mais alargada, na Península Ibérica, demonstrando que o extremo ocidental da Europa participou deste fenómeno de dimensão continental.

Actualmente, e os números têm crescido permanentemente no último ano, o número de sítios com estruturas tipo fosso ultrapassa a meia centena em território nacional (Valera, 2013a; Valera e Pereiro, neste volume). A sua distribuição é ainda bastante dissimétrica, com a esmagadora maioria a concentrar-se no interior alentejano, facto que poderá vir a ser matizado a breve trecho, já que, ainda que pontualmente, estes contextos têm vindo a ser referenciados noutras zonas do país (à imagem do que vai acontecendo a nível peninsular).

Constituindo-se como parte da “revolução empírica” em curso na Pré-História Recente no sul de

Portugal, os sítios de fossos revelam um fenómeno central para o conhecimento das comunidades neolíticas e calcolíticas e entendimento das suas formas de se organizarem no mundo. Neste âmbito, começar a estabelecer a sua cronologia e dinâmicas diacrónicas é uma tarefa premente, para a qual este texto pretende ser um patamar, naturalmente provisório, que permita começar a delinear as tendências que os dados disponíveis sugerem relativamente à emergência, desenvolvimento e ocaso dos contextos que apresentam este tipo de estruturas negativas.

Uma nota, porém, antes de avançar. Se o cimento desta análise é a presença de estruturas tipo fosso (definindo ou não recintos fechados), esta classe assim criada não deve ser percebida como correspondendo a uma categoria de sítios homogéneos, de sentidos uniformes e únicos, que possa ser entendida (e oposta a outras) de uma forma monotética. Como tenho vindo a defender, os sítios com fossos não apresentam todos a uma mesma natureza, ainda que a partir de certa altura, enquanto fenómeno global, tendam a partilhar determinadas condicio-

nantes e sentidos de foro ideológico e social com expressão de escala europeia.

Vejam os então o que a informação actualmente disponível nos diz relativamente à sua cronologia e dinâmica diacrónica em Portugal.

2. AS DATAS E O PROBLEMA DE DATAÇÃO DOS CONTEXTOS COM FOSSOS

Actualmente, dos 54 sítios com fossos da Pré-História Recente referenciados em Portugal apenas 10 possuem datações de radiocarbono, a que acresce mais um com uma datação de luminescência B-OSL (Tabela 1). Trata-se, pois, de um número ainda restrito de sítios datados, sendo que para a quase totalidade destes 11 contextos a própria qualidade da informação cronológica absoluta disponível é ainda francamente insuficiente, dados os problemas que envolvem a datação destas estruturas e dada a dimensão e pluralidade estrutural de vários dos sítios (Valera e Silva, 2011; Valera, 2013b; Valera, Silva e Márquez Romero, *no prelo*).

Um primeiro aspecto a considerar nestes contextos de estruturas negativas, que nos surgem frequentemente sem relações físicas directas que permitam inferir relações de anterioridade e posterioridade, é o de que não poderemos generalizar datações obtidas para uma estrutura, por vezes nem mesmo a toda essa mesma estrutura (quando se tratam de fossos que podem ter reaberturas sucessivas ou serem construídos por secções de forma aditiva). Por outro lado, dada a natureza das estruturas negativas, das suas formas variadas de preenchimento (tanto naturais como antrópicas, onde materiais mais antigos são frequentemente incorporados nos enchimentos, seja de forma intencional ou aleatória) e das dinâmicas de escavação e re-escavação que apresentam (e que contribuem para essa mistura do novo com o mais antigo), só com séries de datações para várias secções de cada fosso poderemos aproximar-nos de forma sustentada à sua cronologia de abertura e sequências biográficas (*idem*), detectando e eliminando *outliers*. Temos, pois, que compreender o carácter prospectivo deste ensaio e o cunho ainda fortemente limitado dos dados disponíveis, os quais, todavia, começam a sugerir linhas de força que interessa desde já sublinhar.

Assim, tendo em conta os problemas acima brevemente enunciados (para uma discussão mais detalhada ver Valera e Silva, 2011, Valera, 2013b e Valera,

Silva e Márquez Romero, *no prelo*), seleccionarei apenas os contextos com datas provenientes de amostras recolhidas no interior de fossos (dado que frequentemente não há garantia de absoluta contemporaneidade entre os fossos e outras estruturas negativas que possam existir na mesma área, como é bem evidente em recintos como os Perdígões, Bela Vista 5, Horta do Albardão 3, Outeiro Alto 2, etc.), tendo igualmente excluindo as datas que nas séries existentes para um mesmo fosso se revelaram *outliers* ou se vinculam a processos posteriores aos enchimentos (Perdígões, Porto Torrão e Horta do Albardão). Deixei de fora, pois, datações obtidas para outro tipo de estruturas existentes em recintos de fossos (tipo fossas e sepulcros – como exemplifica o caso dos Perdígões, que a par de 19 datas coerentes para fossos tem igualmente 14 datações para outro tipo de estruturas que aqui não foram consideradas – sepulcros, fossas funerárias, etc.). Como excepções, decidi integrar a Torre do Esporão (que não tem datas para os fossos e apenas uma datação de uma fossa) e a Senhora da Alegria, que para as suas fases antiga e intermédia do Neolítico também não possui datações para os enchimentos dos respectivos fossos, mas sim para estruturas associáveis aos momentos de construção e utilização dos mesmos. Nestes dois casos é conveniente ter presente que estamos a assumir uma proximidade cronológica entre os fossos e as estruturas datadas com base nas estratigrafias e nos registos artefactuais.

Desta forma, para a análise que se segue foi utilizado um conjunto de 35 datas de radiocarbono (8 das quais ainda inéditas) e uma de luminescência, distribuídas de forma muito díspar por 11 sítios (Tabela 1): quase metade pertencem aos Perdígões (16, abrangendo seis fossos); 4 ao Porto Torrão (abrangendo dois fossos) e outras tantas a Jurumenha 1 (relativas ao mesmo fosso); 3 a Bela Vista 5 (dois fossos); 2 à Senhora da Alegria (dois momentos de construção de fossos); 2 a Moreiros 2 (dois fossos); finalmente 1 para cada um dos restantes sítios (S. Jorge de Ficalho, Outeiro Alto 2, Horta do Albardão e Torre do Esporão, a que acresce a datação de luminescência da Forca/Barca). As datas de radiocarbono (Tabela 1) foram calibradas através do programa OxCal versão 4.2, usando a curva de calibração IntCal09 (Ramsey 2013).

Tabela 1 – Datas utilizadas no texto, as de radiocarbono foram calibradas com recurso ao programa OxCal versão 4.2, fazendo uso da curva de calibração IntCalog (Ramsey 2013).

Sítio	Estrutura	Ref. Lab.	Data BP	Cal 2	Bib. Ref.
Perdigões	Fosso 5	Beta-350352	4390±30	3093-2918	Inédita
Perdigões	Fosso 12	Beta-330092	4530±40	3365-3097	Valera, 2012b
Perdigões	Fosso 6	Beta-315242	4450±30	3336-2944	Inédita
Perdigões	Fosso 6	Beta-318359	4390±30	3093-2918	
Perdigões	Fosso 3	Beta-285098	4050±40	2851-2472	Valera e Silva, 2011
Perdigões	Fosso 3	Beta-285096	4050±40	2851-2472	
Perdigões	Fosso 3	Beta-285095	3980±40	2618-2347	
Perdigões	Fosso 4	Beta-285097	3980±40	2618-2347	
Perdigões	Fosso 4	Beta-289264	3940±40	2568-2299	
Perdigões	Fosso 1	Beta-315725	3890±30	2469-2290	
Perdigões	Fosso 1	Beta-315723	3820±30	2454-2144	
Perdigões	Fosso 1	Beta-315722	3890±30	2469-2290	
Perdigões	Fosso 1	Beta-315721	3840±30	2459-2202	
Perdigões	Fosso 1	Beta-315719	3780±30	2296-2059	
Perdigões	Fosso 1	Beta-315720	3860±30	2463-2209	
Perdigões	Fosso 1	Beta-315716	3770±30	2290-2050	
Juromenha 1	Fosso	Wk18487	4538±32	3365-3103	Mataloto e Boaventura, 2009
Juromenha 1	Fosso	Wk18488	4547±35	3368-3103	
Juromenha 1	Fosso	Beta-169263	4540±100	3519-2927	
Juromenha 1	Fosso	Beta-169264	4550±40	3486-3100	
S. Jorge de Ficalho	Fosso	OxA-5443	4540±60	3497-3027	Soares, 1996
Torre do Esporão	Fossa K8-K9	Oxa-5534	4010±70	2861-2301	Gonçalves, 1990/91
Outeiro Alto 2	Fosso	Beta-339604	3920±30	2480-2297	Valera e Filipe, 2013
Moreiros 2	Fosso 3	Beta-350350	4410±30	3310-2917	Valera, Becker e Boaventura, 2013
Moreiros 2	Fosso 1	Beta-350351	4350±30	3080-2901	
Porto Torrão	Fosso 1	Sac-2232	4390±50	3325-2901	Valera, 2013b
Porto Torrão	Fosso 2	Sac-2027	3810±50	2461-2064	
Porto Torrão	Fosso 2	Sac-2233	3910±80	2619-2141	
Porto Torrão	Fosso 2	Sac-2028	3700±60	2285-1926	
Horta do Albardão 3	Fosso	Beta261320	3770±40	2335-2037	Santos, et alli, 2009
Bela Vista 5	Fosso 2	Beta-324673	3810±30	2400-2140	Inédita
Bela Vista 5	Fosso 1	Beta-324674	3770±30	2290-2050	
Bela Vista 5	Fosso 1	Beta-324676	3650±30	2136-1938	
Senhora da Alegria	Estrutura XX	Beta-339602	6380±30	5468-5309	
Senhora da Alegria	Estrutura	Beta-339601	4730±40	3636-3376	
Luminescência					
Barca/Forca	Fosso	A6/318	4327±93	2414-2228	Valera e Rebuge, 2008

3. DIACRONIA DOS CONTEXTOS COM FOSSOS EM PORTUGAL: A SITUAÇÃO ACTUAL

3.1 Neolítico Antigo e Médio

A recente identificação e escavação do sítio da Senhora da Alegria (trabalho das empresas Omniknos e Era Arqueologia) veio recuar a cronologia de estruturas tipo pequeno fosso em Portugal. Neste notável sítio, situado perto de Coimbra, foi registada uma sequência de ocupação iniciada no Neolítico Antigo cardial, seguida de uma fase de abandono (formação de um coluvião) e de uma reocupação no Neolítico Médio, prolongada pelo Neolítico Final (Valera, Pereiro e Ramos, 2013) (Figura 1).

Na fase mais antiga foi identificado o troço de um pequeno fosso associado a um solo de ocupação com várias estruturas de combustão, uma das quais forneceu uma datação integrada no terceiro quartel do 6º milénio AC, perfeitamente compatível com o material cerâmico e lítico associado, e colocando esta ocupação entre as mais antigas do Neolítico Antigo do Centro de Portugal, a par das ocupações do Caldeirão e da Gruta do Almonda (Zilhão, 2001). Depois de ser identificada a presença de fossos no Neolítico Antigo em regiões orientais da Península Ibérica, nomeadamente em Mas D'Is (Bernabeu Auban *et al*, 2003) ou La Revilla (Rojo Guerra *et al*, 2008), reforça-se a ideia de que estas estruturas e recintos emergem em vários pontos da Península Ibérica logo com os primeiros momentos do processo de neolitização e que, embora apresentando características próprias, adicionam a região a um fenómeno de expressão continental.

O segundo momento de ocupação da Senhora da Alegria ocorre já durante o Neolítico Médio. Aí foram registadas várias linhas de fossos, por vezes sinuosos, e zonas de entrada. Trata-se de fossos igualmente estreitos e pouco profundos (cerca de 80 cm de profundidade máxima), podendo corresponder à implantação de paliçadas, alguns dos quais parecem formar espaços encerrados e ter planta sinuosa. Estão associados a uma cultura material caracterizada por cerâmicas de formas esféricas e em calote, totalmente lisas, e a uma indústria lítica ainda com uma importante componente microlítica, com geométricos e ausência de pontas de seta. Não forneceram material datante no seu interior, mas para uma estrutura de lareira associada a esta fase foi obtida uma datação da transição entre o segundo e o terceiro quartel do

4º milénio AC. Contextos semelhantes foram igualmente registados no oriente peninsular, como acontece por exemplo em Costamar (Flors, 2009).

3.2 Neolítico Final

Será a partir da segunda metade do 4º milénio AC que os recintos de fossos se começam a generalizar no registo arqueológico português (embora a recente “explosão” aconselhe prudência relativamente à percepção que temos para os períodos mais antigos do Neolítico). Esta generalização corresponde também ao aparecimento de recintos claramente definidos (embora para a grande maioria não tenhamos a real noção das suas plantas), a fossos de maiores dimensões (embora fossos pequenos continuem a ocorrer, como exemplifica o Torrão em Elvas), à associação a numerosas estruturas de tipo fossa e à associação a estruturas megalíticas e contextos funerários, como parece acontecer também no Torrão (Lago e Albergaria, 2001) ou nos Perdigões.

De momento esta proliferação é restrita ao interior alentejano, onde são vários os recintos que podem ser atribuídos ao Neolítico Final com base na cultura material: Perdigões, Porto Torrão, Senhora da Alegria, Jurumenha 1, Águas Frias, Malhada das Mimosas, Ponte da Azambuja, Torrão, Fareleira 3, S. Jorge de Ficalho, Moreiros 2 e eventualmente Paraíso (Valera, 2012a; Calado e Rocha, 2007; Rodrigues, 2008; Lago e Albergaria, 2001; Figueiredo, 2013; Soares, 1996, Boaventura, 2006; Mataloto e Costeira, 2008). Porém, apenas dispomos de cronologias absolutas para os fossos, 5, 6 e 12 dos Perdigões (Valera, Silva e Márquez Romero, no prelo), fosso 1 do Porto Torrão (Valera, 2013b), fosso de Ficalho (Soares, 1996), fossos de Moreiros 2 (Valera, Becker e Boaventura, 2013) e Jurumenha 1 (Mataloto e Boaventura, 2009), num total de 12 amostras do interior de fossos datadas. Os intervalos a 2σ destas datações concentram-se claramente entre 3400 e 2900 cal AC (Figura 1), com o fosso de Jurumenha, fossos 12 e base do 6 dos Perdigões e Ficalho totalmente enquadrados entre 3400 e 3000 cal AC, enquanto as amostras do topo do fosso 6 e fosso 5 dos Perdigões, do fosso 1 do Porto Torrão e de Moreiros 2 apontam para os finais do 4º / inícios do 3º milénio AC.

Nesta fase, a configuração dos recintos revela variações em torno da planta ovalada ou em segmento de círculo, de tendência concêntrica quando existe mais que um recinto (caso dos Perdigões, Águas Frias ou de Moreiros 2), mas temos que ter em consideração

que apenas temos uma percepção da tendência geral dos planos para os recintos dos Perdigões, para Águas Frias, Moreiros 2 e Torrão. Afirma-se igualmente, quando é possível de observar troços alongados, uma tendência para a planimetria sinuosa ondulada dos fossos, seja ela mais regular ou mais irregular. Este tipo de sinuosidade ocorre nos fossos de Jurumenha 1, Águas Frias, Fareleira 3, Moreiros 2 e Ponte da Azambuja, estando contudo ausente nos fossos até ao momento datados do Neolítico Final nos Perdigões e no Torrão. Verifica-se ainda uma tendência para um número reduzido de fossos por sítio. De facto, em todos os recintos de fossos já atribuíveis ao Neolítico Final, apenas nos Perdigões, Moreiros 2, Águas Frias e na Ponte da Azambuja se identificou mais do que um fosso: na Ponte da Azambuja com dois fossos (Rodrigues, 2008); nos Perdigões temos um recinto central definido pelos fossos 6, 5 e 12 (que poderão corresponder inicialmente a uma situação de um fosso com implantação de uma dupla paliçada pelo interior, posteriormente alterada) e um segundo mais amplo, definido pelo fosso 8, em Moreiros 2 temos os dois fossos interiores genericamente concêntricos (não tendo a noção da cronologia dos restantes) e em Águas Frias 3 fossos também tendencialmente concêntricos. Nos casos publicados, verifica-se que são fossos de médio tamanho, quase nunca ultrapassando os três metros de largura na boca ou os dois metros de profundidade (a excepção é o fosso 1 do Porto Torrão, com 3,5x3m), com perfis em “V” ou trapezoidais. As áreas abrangidas são também relativamente restritas. Dos recintos definidos por fossos atribuíveis ao Neolítico Final e com plantas gerais perceptíveis, apenas o fosso 8 dos Perdigões ultrapassa um hectare (1,3ha), estando todos os outros abaixo (Valera, 2013a).

3.3. Calcolítico

Tendo em conta a informação actualmente disponível, com o Calcolítico este tipo de recintos parece conhecer uma expansão significativa, quer com o aumento do número de sítios referenciados, quer com o aumento das suas dimensões e níveis de complexidade estrutural e de organização espacial. Actualmente, entre os 54 recintos contabilizados, mais de metade apresentam ocupações Calcolíticas (exclusivas ou não), sendo que alguns traduzem o crescimento e a complexificação de contextos com origem no Neolítico Final, de que Perdigões e Porto Torrão são as principais evidências de momento.

Para os contextos calcolíticos temos, de acordo com os critérios de selecção acima referidos, 22 datas distribuídas por seis sítios: Perdigões é uma vez mais o que apresenta o conjunto mais alargado com 12 datações (Valera, Silva e Márquez Romero, no prelo), seguido do Porto Torrão (Valera, 2013b) e da Bela Vista 5 com 3 datações e da Horta do Albardão 3 (Santos *et al*, 2009), Outeiro Alto 2 (Valera, Filipe e Cabaço, 2013), Torre do Esporão (Gonçalves, 1990/91) e Barca/Forca (Valera e Rebuge, 2008) com 1 cada (Tabela 1).

A distribuição dos intervalos destas datações faz-se ao longo do 3º milénio, essencialmente a partir do 2º quartel (Figura 1), estabelecendo uma clara demarcação relativamente aos contextos do Neolítico Final em torno a 2900 AC. Este momento de demarcação observável nos recintos alentejanos tem vindo genericamente a ser evidenciado em contextos funerários e noutros contextos abertos ou amuralhados. Nesta distribuição ao longo do 3º milénio, reconhecemos a construção e enchimento de fossos no segundo quartel e meados do milénio (como nos indicam a datações dos fossos 3 e 4 dos Perdigões e eventualmente a Torre do Esporão). Porém, a construção e funcionamento destas estruturas prolonga-se por toda a segunda metade do 3º milénio. O intervalo da datação para o Outeiro Alto 2 cai integralmente no 3º quartel, enquanto a sequência de datações obtidas para o fosso 1 dos Perdigões (Márquez Romero *et alli*, 2013) revela que o mesmo terá tido o seu processo de colmatação inicial de origem antrópica no 3º quartel, mas que o mesmo se prolongaria, após um eventual episódio de re-escavação parcial, pelo último quartel do milénio, prolongamento que é igualmente sugerido pelas datações do fosso 2 do Porto Torrão (Valera, 2012a, 2013b). Para o sítio da Barca/Forca, na periferia do Porto, foi obtida uma datação de luminescência B-OSL para a base de um fosso, com o resultado de 2424-2228 AC (Valera e Rebuge, 2008), sugerindo que o início de colmatação se terá iniciado nesse mesmo 3º quartel. Já a datação para a Horta do Albardão 3 e a datação do fosso 2 de Bela Vista 5 documentam o começo dos enchimentos em torno à transição 3º/4º quartel do 3º milénio, enquanto que as duas datações existentes para o fosso 1 de Bela Vista 5 (compatíveis com a datação da fossa funerária que integra, mas que aqui não foi utilizada) colocam-no claramente no 4º quartel do 3º milénio AC.

Assim, os dados já disponíveis revelam-nos que fos-

sos e recintos de fossos são usados, e inclusivamente construídos (como Bela Vista 5 bem documenta), até ao final do Calcolítico / transição para a Idade do Bronze, contrariando a ideia que este seria um fenómeno que sucumbiria ao advento do campaniforme. Pelo contrário, convive com ele e alguns dos grandes recintos (como Perdigões ou Porto Torrão) parecem atingir o seu apogeu precisamente a partir de meados do 3º milénio e ao longo do seu 3º quartel. Neste contexto, o recinto de Bela vista 5 revela uma situação particularmente interessante, ao apresentar um enterramento “Ferradeira” num interior de um duplo recinto, com datações que colocam estes contextos nos últimos duzentos e cinquenta anos do milénio. Trata-se, aparentemente, do recurso a uma forma arquitectónica e de organização do espaço tradicional num contexto de profunda transformação social expressa pela sepultura individual, eventualmente configurando um recurso à tradição como factor de legitimação e enquadramento da mudança.

Durante o 3º milénio, o número de recintos parece aumentar significativamente, mas também tendem a aumentar as suas áreas (embora se continuem a construir pequenos, como o Outeiro Alto 2). Entre os que têm plantas perceptíveis atingem-se valores de 17ha na Salvada, 16ha nos Perdigões ou 8ha no Monte das Cabeceiras (Valera e Pereiro, neste volume), mas percebe-se que no Porto Torrão ou mesmo em Alcalar haverá áreas maiores. Por outro lado, constroem-se agora fossos que podem atingir grandes dimensões (par de outros mais pequenos), com larguras que rondam ou ultrapassam a dezena de metros – cerca de 9 no fosso 1 dos Perdigões – e profundidades que podem ultrapassar a meia dezena de metros – caso do Porto Torrão. A relação com as práticas funerárias torna-se mais evidente, com fenómenos de necropolização periférica ou integrada pelos recintos (nomeadamente nos que atingem maiores dimensões), assim como práticas complexas e diversificadas de manipulação de restos humanos e animais e de deposições estruturadas. No caso de Bela Vista 5 pode mesmo falar-se de um provável recinto funerário. A fundamentação cosmológica de muitos destes recintos torna-se igualmente mais visível, quer na escolha das topografias quer nas orientações, sendo vários os casos que revelam uma condicionante relacionada com Este, nomeadamente com solstícios (Perdigões, Xanra, Santa Vitória, Outeiro Alto 2, Bela Vista 5) e desenhos sinuosos muito padronizados. Em suma, durante o 3º milé-

nio, os recintos de fossos parecem diversificar-se em dimensões, desenhos, localizações, complexidade de estruturas e de práticas sociais.

É a transição para o 2º milénio AC que, hoje, parece marcar o limite da construção de recintos de fossos de tradição neolítica em Portugal. Não que alguns não revelem prolongamentos de ocupações ou reocupações (ainda muito mal caracterizadas e compreendidas). Mas, de momento, não temos notícia da construção de raiz de nenhum recinto deste tipo (ou mesmo de fossos mais antigos ainda em uso ou em colmatação) após a transição para o novo milénio.

4. CONCLUINDO

A investigação orientada para as problemáticas específicas dos recintos de fossos é ainda recente em Portugal (sobretudo numa comparação com a Europa central e do norte), o que em parte se explica pelo ainda mais recente eclodir da real expressão destes sítios em território nacional (Valera, 2013a). A percepção que sobre eles se tinha está a alterar-se, mas ainda com uma natural fragilidade de dados, que se traduz num número ainda reduzido de sítios bem datados.

A investigação que no NIA se tem vindo a realizar relativamente aos recintos de fossos portugueses (nos Perdigões em colaboração com outras instituições) permitiu, nos últimos anos, a obtenção de um conjunto significativo de datações (29 das 36 aqui utilizadas), as quais se distribuem por 7 dos 11 sítios que actualmente tem cronologias absolutas. Este trabalho, aproveitando intervenções de emergência conjugadas com projectos de investigação fundamental, permite destacar as estruturas de fossos (associadas ou não a paliçadas) e dos recintos com elas definidos como um fenómeno arquitectónico intrínseco ao desenvolvimento e afirmação dos modos de vida neolíticos e calcolíticos no Ocidente peninsular, que mais não faz do que expressar, de uma forma particular e regionalizada, uma tendência de escala continental.

O aparecimento em Portugal de estruturas tipo fosso está agora referenciado nas etapas mais recuadas do Neolítico, ainda que aí possam assumir uma natureza distinta das que se manifestarão a partir do Neolítico Final, eventualmente traduzindo uma situação paralelizável com a que se regista na Europa central, onde estão bem documentados distintas fases de construção de recintos de fossos. De fac-

to, algum tempo depois de meados 4º milénio AC começamos a assistir a uma proliferação (ainda circunscrita ao interior alentejano) que revela que este tipo de contextos se torna central na organização social destas comunidades, nas suas formas de organizarem e experienciarem as suas paisagens, como uma expressão arquitectónica (no sentido mais holístico do termo) que incorpora em si “o espírito dos tempos”.

Ao longo do 3º milénio o seu papel social parece crescer, tal como o tamanho, a complexidade, o apuramento de design e o diálogo com a paisagem que muitos evidenciam. Alguns crescem para atingirem dimensões há umas décadas insuspeitas, transformando-se em contextos extraordinariamente complexos de captar e entender com qualquer simplismo ou linearidade teórica, seja ela de que pendor for. O seu ocaso, aparentemente rápido e generalizado no fim do 3º AC, é igualmente revelador do carácter estruturante destes contextos na forma como se organiza a maneira neolítica de estar no mundo (da qual grande parte do que chamamos Calcolítico é pura extensão – Valera, 2012a), pois parecem desaparecer com ela.

Estas são as linhas de força relativas a este tipo de contextos que, de momento, extraio da informação cronológica disponível, e cujo carácter sintético é correlativo dos constrangimentos deste espaço de publicação. Veremos o que o futuro próximo nos trás, pois, se o ritmo de descoberta e investigação resistir aos “atritos” da actualidade, o PREC dos recintos de fossos ainda não terminou em Portugal.

BIBLIOGRAFIA

BERNABEU AUBAN, J.; OROZCO KÖHLER, T.; DÍEZ CASTILLO, A.; GÓMEZ PUNCHE, M. e MOLINA HERNANDEZ, F. (2003). Mas D’Is (Penàguila, Alicante): aldeãs y recintos monumentales del Neolítico Inicial en el Valle del Serpis. *Trabajos de Prehistoria*. 60. nº2. p.39-59.

BOAVENTURA, Rui (2006). Os IV e III milénios a.n.e. na região de Monforte, para além dos mapas com pontos: os casos do cluster de Rabuje e do povoado com fossos de Moreiros 2. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol.9. nº2. Lisboa. IPA. 61-73.

CALADO, Manuel e ROCHA, Leonor (2007). As primeiras sociedades camponesas no Alentejo Central: a evolução do povoamento. (Cerrillo Cuenca, Enrique; Aladés Sierra, Juan Manuel, eds.) *Los primeros campesinos de La Raya: aportaciones recientes al conocimiento del Neolítico y Calcolítico en Extremadura y Alentejo*. Cáceres. Museo. p. 29-46.

FIGUEIREDO, Margarida (2013). Fareleira 3 ditched enclosure. <http://portugueseenclosures.blogspot.pt>, entrada 153 (05/02/2013).

FLORS, Enric (2009). *Torre la Sal (Ribera de Cabanes, Castellón). Evolución del paisaje antrópico desde la prehistoria hasta el medioevo*. Monografías de Prehistoria i Arqueologia Castellonenques. 8.

GONÇALVES, V.S. (1990/91). Tesp.3: o povoado pré-histórico da Torre do Esporão (Reguengos de Monsaraz). *Portugália*. NS. XI-XII. Porto. p.51-72.

LAGO, M. e ALBERGARIA, J. (2001). O Cabeço do Torrão (Elvas): contextos e interpretações prévias de um lugar do Neolítico alentejano. *Era Arqueologia*. 4. Lisboa. Era Arqueologia / Colibri. p.39-62.

MÁRQUEZ ROMERO, J.E.; MATA VIVAR, E.; JIMÉNEZ JÁIMEZ, V. e SUÁREZ PADILLA, J. (2013). Dataciones absolutas para el fosso 1 de Perdígões (Reguengos de Monsaraz, Portugal). Reflexiones sobre su cronología y temporalidad. *SPAL*. 22. p.17-27.

MATALOTO, R. e BOAVENTURA, R. (2009). Entre vivos e mortos nos IV e III milénios a.n.e. do Sul de Portugal: um balanço relativo do povoamento com base em datações pelo radiocarbono. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 12: 2, Lisboa. p.31-77.

MATALOTO, Rui e COSTEIRA, Catarina (2008). O povoado calcolítico do Paraíso (Elvas, Alto Alentejo). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 11:2. IPA. Lisboa. p.5-27.

RODRIGUES, Filipa (2008). O recinto de fossos da ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora): primeira notícia. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 2. Lisboa. NIA. p. 49-56.

ROJO GUERRA, M.A., KUNST, M., GARRIDO PENA, R., MARTÍNEZ-DE-LAGRÁN e MORÁN DAUCHEZ, G. (2008). *Paisajes de la memoria: asentamientos del Neolítico Antiguo en el Valle de Ambrona (Soria, España)*. Valladolid. Universidad de Valladolid.

SANTOS, F., SOARES, A., RODRIGUES, Z., QUEIROZ, VALÉRIO, P. e ARAÚJO, M.F. (2009). Horta do Albardão 3: um sítio da Pré-História Recente, com fossos e fossas, na encosta do Albardão (S. Manços, Évora). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 12:1. Lisboa. p.53-71.

SOARES, A. Monge (1996). Datação absoluta da estrutura neolítica junto à Igreja Velha de S. Jorge (Vila Verde de Ficalho, Serpa). *Vipasca*. 5. Aljustrel. p.51-58.

VALERA, A.C. (2012a). Mind the gap”: Neolithic and Chalcolithic enclosures of South Portugal, (Alex Gibson ed.) *Enclosing the Neolithic. Recent studies in Britain and Europe*. BAR. p.165-183.

VALERA, A.C. (2012b). “Ídolos almerienses” provenientes de contextos Neolíticos do complexo de recintos dos Perdígões. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 8. Lisboa. NIA. p.19-28.

VALERA, A.C. (2013a). Recintos de fossos da Pré-História Recente em Portugal: investigação, discursos, salvaguarda e divulgação. *Almadan*. 18. CAA.

VALERA, A.C. (2013b). Cronologia absoluta dos fossos 1 e 2 do Porto Torrão e o problema da datação de estruturas negativas “tipo fosso”. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 9. Lisboa. NIA. p.7-11.

VALERA, A.C., BECKER, H. e BOAVENTURA, R. (2013). Moreiros 2 (Arronches, Portalegre): geofísica e cronologia dos recintos interiores. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 9. Lisb. NIA.

VALERA, A.C., FILIPE, V. e CABAÇO, N. (2013). O recinto de fosso do Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa). *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 9. Lisboa. NIA. p.13-23.

VALERA, A.C. e PEREIRO, T. Do (neste volume). Novos recintos de fossos no sul de Portugal: o Google Earth como ferramenta de prospecção sistemática. *Actas do 1º Congresso da AAP*.

VALERA, A.C. e REBUGE, J. (2008). Datação B-OSL para o fosso 1 do sítio calcolítico da Forca (Maia). *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 1. NIA. p.11-12.

VALERA, A. C. e SILVA, A. M. (2011). Datações de radiocarbono para os Perdígões (1): contextos com restos humanos nos Sectores I e Q”. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 7. Lisboa. NIA. p.7-14.

VALERA, A.C., SILVA, A.M. e MÁRQUEZ ROMERO, J. E. (no prelo). The temporality of Perdígões enclosures: absolute chronology of structures and practices. paper presented to the VI EASP, (2012).

ZILHÃO, João (2001). Radiocarbon evidence for maritime pioneer colonization at the origins of farming in west Mediterranean Europe, *Proceedings of the National Academy of Sciences*. 98 p.14180-14185.

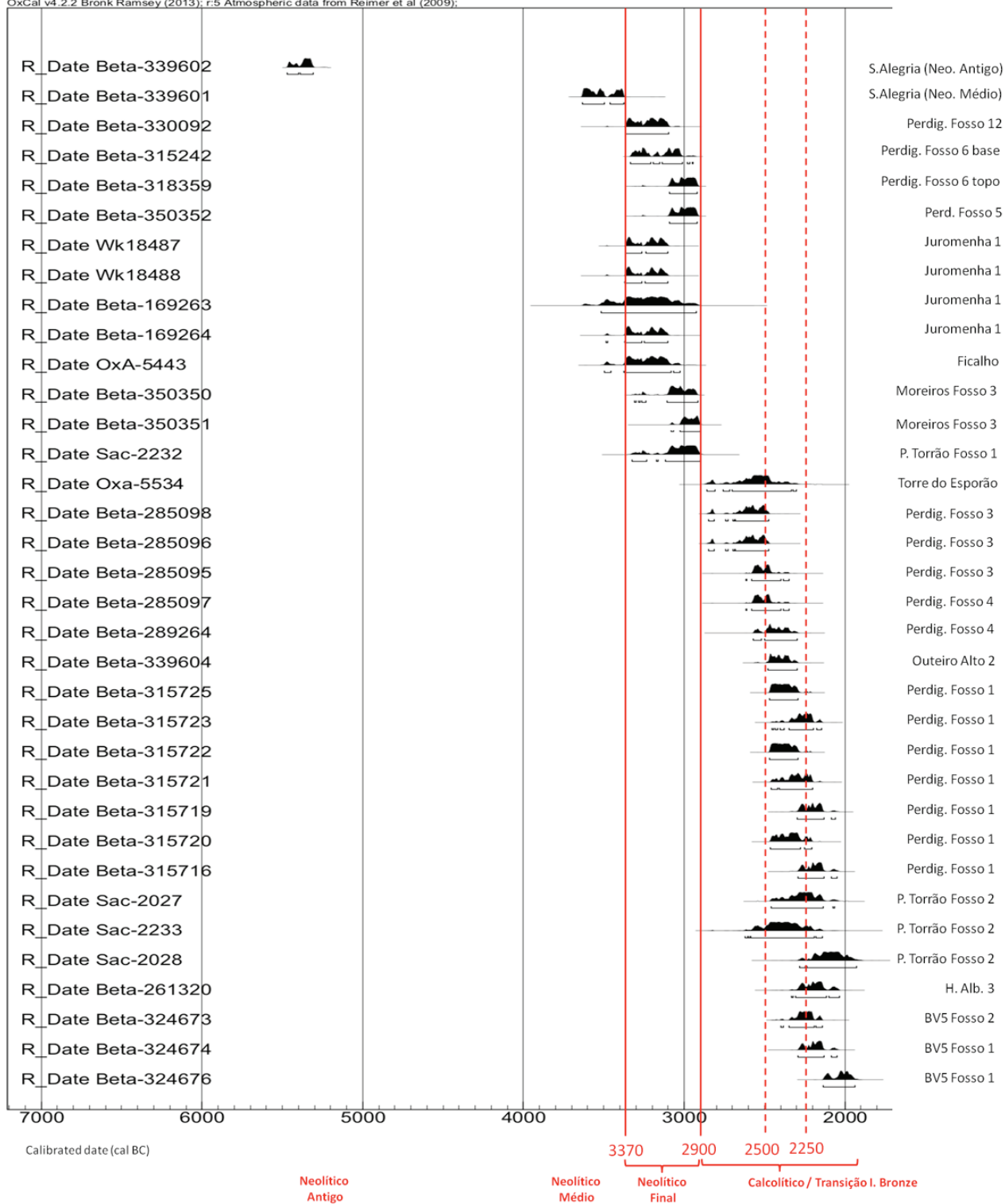
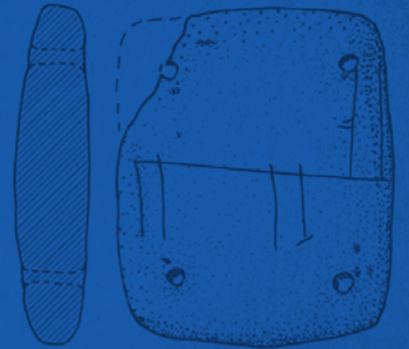
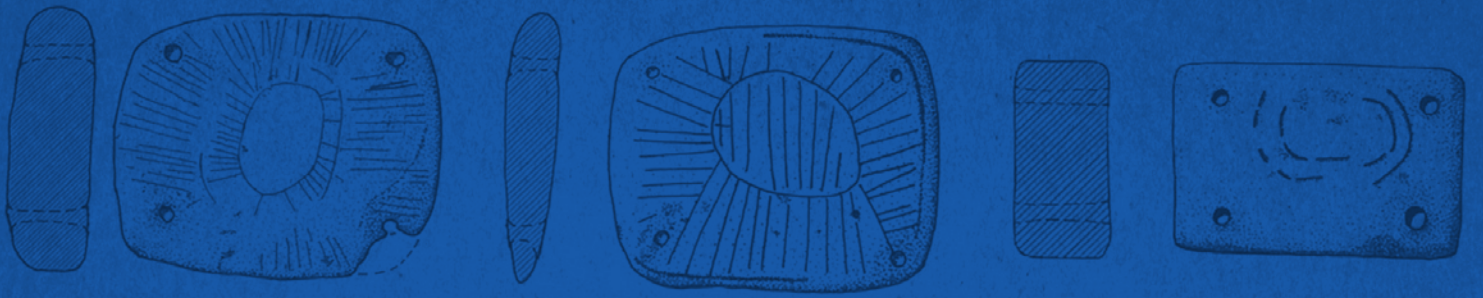
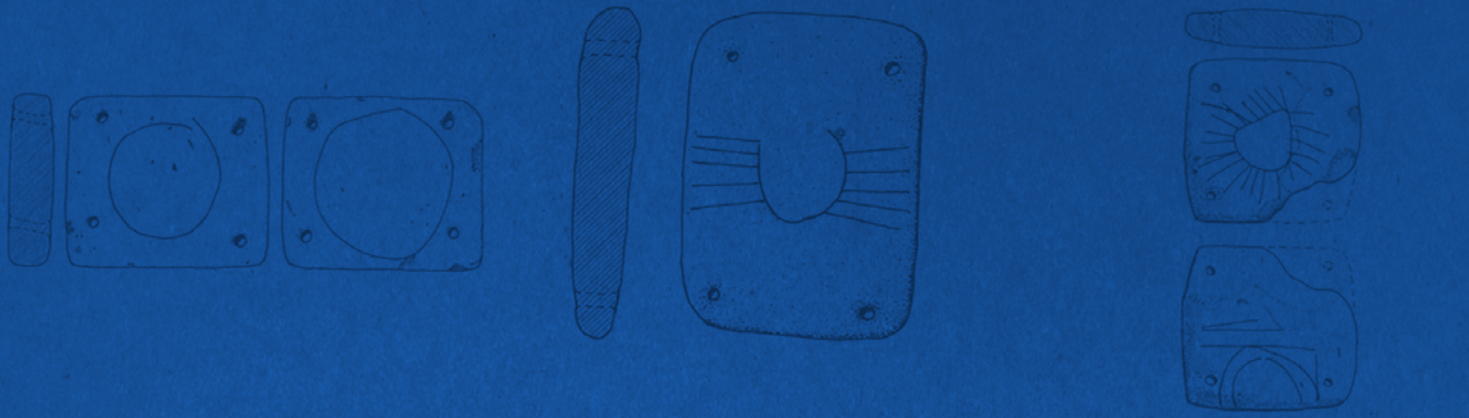


Figura 1 – Distribuição de datas calibradas com recurso ao programa OxCal versão 4.2, fazendo uso da curva de calibração IntCalog (Ramsey 2013), anotada.

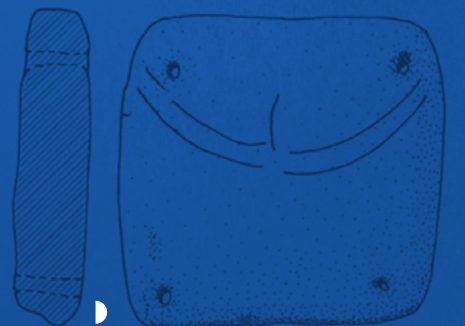


AAP
ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Patrocinador oficial



Apoio institucional



FUNDAÇÃO
Millennium
bcp

BNP
BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

 GOVERNO DE
PORTUGAL


Parques de Sintra
Monte da Lua